



pampilhosa
da serra

camara municipal

Relatório de

Gestão

2015



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2015

ENQUADRAMENTO

Os documentos de Prestação de Contas que acompanham este Relatório foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, e apresentadas conforme a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001- 2.ª Seção, que aprovou as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicado no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

O Relatório de Gestão, que aqui apresentamos, compreende também a análise da situação do Município de Pampilhosa da Serra, relativamente ao exercício de 2015, na vertente económica, financeira, orçamental e patrimonial, seguindo as instruções do ponto 13 do POCAL que estabelece que o Relatório de Gestão, deve contemplar os seguintes aspetos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriada à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros, individualizando as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;

- A proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- Os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício;

Pretende-se que este documento constitua uma verdadeira e acessível prestação de contas aos cidadãos e um importante instrumento de apoio à gestão municipal onde, de uma forma rápida e simples, se visualizem as informações, a metodologia utilizada passou pela elaboração de rácios, quadros e gráficos a partir dos mapas das contas de gerência, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes na gestão municipal do ano de 2015 e comparando com anos anteriores, quando possível.

O Relatório de Gestão, enquanto balanço da atividade municipal, é um documento eminentemente político ainda que inclua uma componente técnica, já a conta de gerência tem características técnicas evidentes, próprias e, algumas legalmente determinadas que devem ser tidas em conta de forma a evitar leituras, análises e avaliações erróneas do que agora é apresentado.

Quanto às características técnicas da Prestação de Contas convém sublinhar alguns aspetos importantes.

O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direção integram o sistema e o poder políticos democráticos. O Município não é uma empresa. A atividade municipal é mais lata, deve ter outras preocupações e deve integrar muito mais do que uma simples gestão custo/proveito. Ainda que se deva procurar, atento o crescente espartilho legal, a eficácia não pode ser reduzido a um economicismo neoliberalizante. A aceitar-se tal visão estaríamos a abrir portas a uma perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia.

As tendências recentes que têm vindo a ser impostas ao Poder Local, nomeadamente quanto à regressão da autonomia financeira dos Municípios com ostensivos e volumosos cortes de verbas devidas, legal e constitucionalmente, assumem o objetivo de descaraterização democrática deste Poder Local o qual, lembre-se transformou positiva e quantitativamente a face do País.

lym

M



Pampilhosa
da Serra
Câmara Municipal

Por último, uma referência à Prestação de Contas Consolidadas:

Nos termos do art.ºs 75º e 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro-estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais aqui apresentadas, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas geralmente elaboradas e aprovadas pelo Executivo de modo a serem submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A recente Lei nº 9/2015, de 9 de março (9.ª alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), também estabelece, nos art.ºs 51º e 52º, a obrigatoriedade das entidades previstas no nº 2º da LOPTC, onde se incluem as autarquias locais, remeterem as contas consolidadas referentes a todas as entidades que integrem os respetivos perímetros orçamentais. No caso dos municípios, integram esse perímetro, entre outras, as empresas municipais e as entidades participadas. Quanto aos prazos, as contas separadas continuam a poder ser remetidas até 30 de abril do ano seguinte a que digam respeito, sem prejuízo das contas consolidadas que devem ser remetidas até 30 de junho (nº 4 do art.º 52º da LOPTC).

Deste modo, nos termos do disposto da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os documentos de Prestação de Contas, relativos ao ano financeiro de 2015, de harmonia com o estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 33º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea do nº 2 do artigo 25º do anexo da referida Lei, os documentos de prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser remetidos ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, na redação introduzida pela Lei nº 20/2015, de 9 de Março.

Índice

1. RECURSOS HUMANOS	5
1.1 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL.....	5
1.2. Organização dos serviços.....	8
1.3. Recrutamento	10
1.4. Formação	10
1.5. Caracterização dos Recursos Humanos.....	10
1.6. Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.....	15
2. ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA	16
2.1. RECEITAS	17
2.2. DESPESAS.....	20
2.3. MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS.....	24
2.4. RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA	24
2.5. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	28
3. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	32
3.1 Demonstração de Resultados.....	32
3.2 RESULTADOS OPERACIONAIS	34
3.3. Proveitos Operacionais.....	35
3.4. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS	37
3.5. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS..	38
3.6. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO	39
3.7. Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo).....	45
3.8. Critérios Valorimétricos.....	47
4. RÁCIOS.....	52
5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57

1. RECURSOS HUMANOS

1.1 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta na existência de duas estruturas fundamentais, a política e a administrativa, que é constituída por todos os trabalhadores do Município, fortemente relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal, já a parte política está assente em dois órgãos, a Câmara com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida.

A Câmara Municipal é constituída por cinco elementos; 1 Presidente e quatro vereadores, a quem compete, definirem a estratégia e políticas municipais, bem como deliberar e decidir sobre os assuntos mais relevantes acerca dos serviços e atividades do município.

O Presidente foi coadjuvado por um vice-presidente, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

A Assembleia Municipal è composta por 23 elementos, dos quais 15 eleitos diretamente, pelo colégio eleitoral e 8 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de presidentes de juntas de freguesia que constituem o universo municipal.

VISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Pretende a Câmara Municipal ser reconhecida como uma instituição de referência pelo bom desempenho da gestão pública em todas as atividades desenvolvidas, tanto pela sua eficiência, como pela sua eficácia, na capacidade de dar resposta aos objetivos de desenvolvimento do concelho e às necessidades dos seus munícipes.

VALORES

Para prosseguir esta visão, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pauta a sua atuação pelo seguinte quadro de valores:

Ética - Exigimos de nós próprios e dos outros elevados padrões de conduta, de modo que, todo o tipo de relacionamento seja pautado por honestidade e respeito dentro da instituição. Inculcar a ideia de que não basta "Saber" e "Saber Fazer", é preciso "Saber Ser".

Cultura de Parceria - Os nossos projetos estão abertos a quem queira deles fazer parte, estabelecemos alianças estratégicas a bem do desenvolvimento do concelho.

Transparência - A nossa atuação está patente a todos, não temos nada a esconder, possuímos uma clara conduta organizacional.

Competência e Inovação - Queremos ver reconhecidas todas as nossas capacidades. Acreditamos que é através da inovação que conseguimos chegar lá, mostrando que estamos atentos a tudo o que possa ajudar e simplificar a prestação dos nossos serviços.

Enfoque no Cidadão / Munícipe - Existe um sério empenho na satisfação dos nossos Munícipes e das suas necessidades.

Liderança - Liderar é partilhar o conhecimento e dar o primeiro passo na prossecução dos objetivos, reconhecendo o esforço individual para atingir essa meta. O líder exerce poder e influência, usando a sua capacidade intrínseca para servir, motivar, coordenar e dirigir o grupo.

Equidade - Todas as nossas atuações são tidas com a máxima isenção e justiça.

Humanismo - Potenciamos a diferença como forma de enriquecimento do trabalho em equipa, respeitando o Outro na sua diversidade.

MISSÃO

A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, tem como missão, regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dos cidadãos do concelho, fins de interesse público municipal, nos termos e formas previstas na lei, tendo como objetivo principal das suas atividades, a melhoria das condições de vida, de trabalho e de lazer dos habitantes do concelho.

1.2. Organização dos serviços

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais. De acordo com o diploma atrás mencionado a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais

Durante o ano de 2012, foi publicada a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, a qual entrou em vigor a 30 de agosto. A citada lei procede à adaptação à Administração Local da lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro na redação que lhe foi dada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração, Regional e Local do Estado.

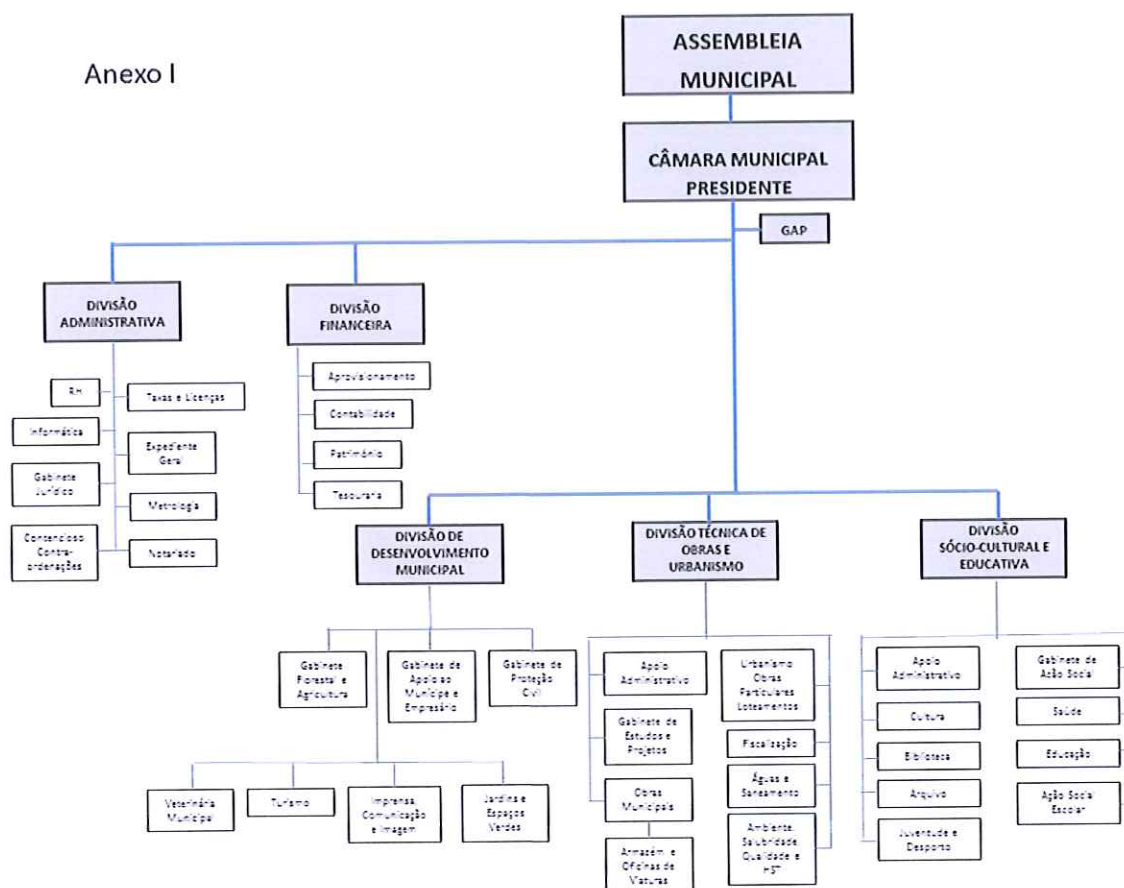
De acordo com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra teve de aprovar a adequação da sua estrutura orgânica, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na presente lei, até 31 de dezembro de 2012.

Assim, foi publicado na 2ª Série do Diário da República de 6 de Janeiro de 2013, a reestruturação dos serviços.

Tendo em atenção os n.ºs 4 e 5, do artigo 21, da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 165º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, houve a possibilidade do Município de Pampilhosa da Serra, aprovar a estrutura orgânica e prover um número de

cargos dirigentes superior ao previsto, assim, a Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em sessão ordinária de 24 de abril de 2015, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 30 de março de 2015, aprovou a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 6, de 9 de janeiro de 2013, com as alterações, publicadas na 2.ª série do Diário da República, n.º 134, de 15 de julho de 2014, de forma a criar uma nova unidade orgânica, nos termos dos n.ºs 4 e 5, do artigo 21, da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 165º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

ORGANOGRAMA



1.3. Recrutamento

O recrutamento de trabalhadores envolve o planeamento e a seleção de pessoas que se relacionam com o ambiente organizacional devido ao convívio com o mercado de trabalho (oferta e procura) e mercado de recursos humanos (indivíduos aptos para o trabalho). Tais mercados são regulados pela lei da oferta e da procura.

Durante o ano de 2015, devido ao controlo das despesas com pessoal nas administrações regionais e autárquicas, **não foram recrutados trabalhadores para o Município.**

1.4. Formação

Motivar os trabalhadores é uma prioridade, que se estabelece, entre, adequar as funções desempenhadas, com as competências de cada um.

Foram realizadas 28 Ações de Formação, que foram distribuídas, essencialmente por duas entidades formadoras, nomeadamente o CEFA e a CIM-RC.

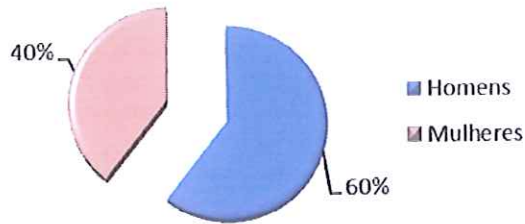
As despesas inerentes à Formação Profissional, durante o ano de 2015, foram de 1 262.49 €.

1.5. Caracterização dos Recursos Humanos

CARACTERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015, o Município de Pampilhosa da Serra tinha 129 trabalhadores no mapa de pessoal, dos quais, 78 eram do sexo masculino e 51 do sexo feminino.

Pessoal do Quadro por sexo



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2015



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2015

A tabela seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação e género. Destaca-se o conjunto de operários que representam o maior grupo de pessoal na autarquia. De referir ainda, que os quatro dirigentes são oriundos da carreira de técnico superior.

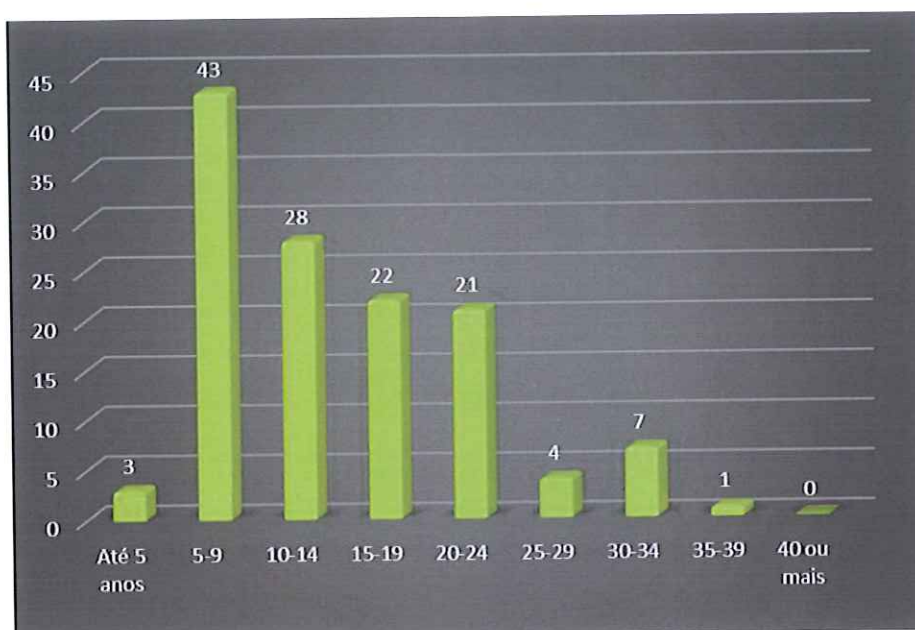
Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscais Municipais	Total
Comissão de Serviço	4						4
Contrato por tempo indeterminado		24	32	64	3	2	125
Contrato por termo resolutivo certo	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	24	32	64	3	2	129

Fonte: Balanço Social 2015

Antiguidade dos Trabalhadores

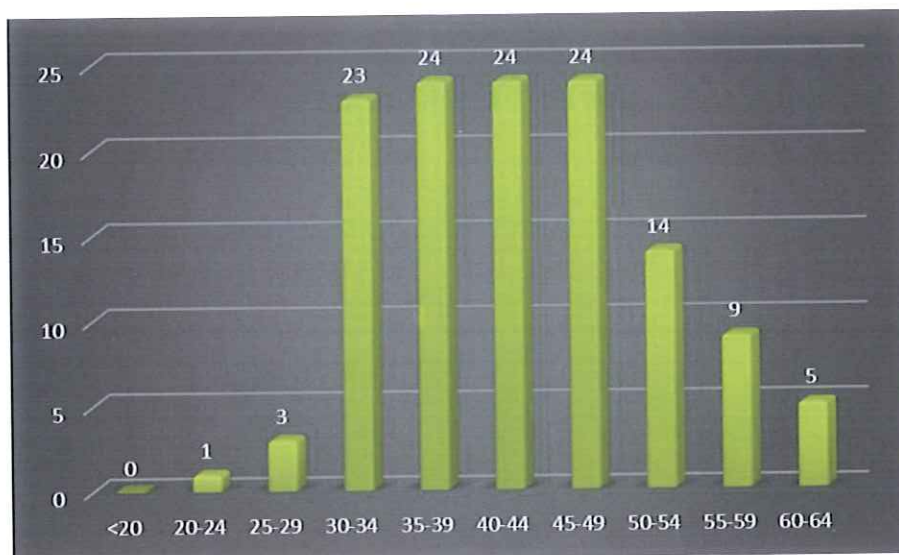
No que concerne à antiguidade dos trabalhadores da autarquia a 31 de Dezembro de 2015, podemos concluir, de acordo com a leitura do gráfico abaixo, que 35,66% tem menos de 10 anos de serviço.



Fonte: Balanço Social 2015

Escalão Etário

A média de idades dos trabalhadores da autarquia a 31 de Dezembro de 2015 era de 40,59 anos.

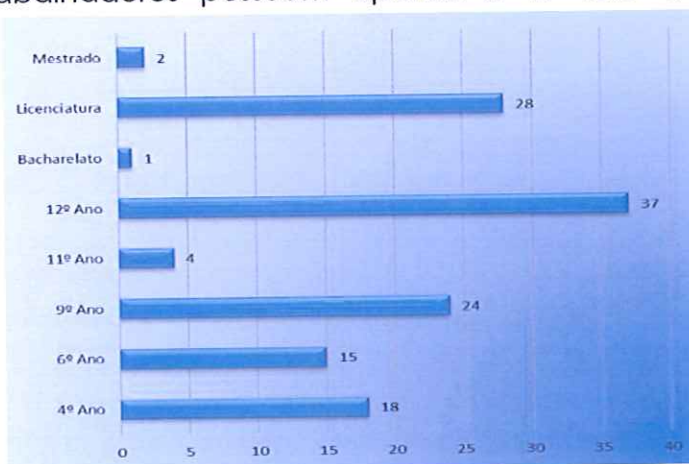


Fonte:

Balanço Social 2015

Habilitações Académicas

Nos Grupos de Pessoal de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo. 18 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 15 o 6.º ano e 24, o 9.º ano de escolaridade. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, 37 trabalhadores com o 12º ano e 28 trabalhadores com o grau de Licenciatura.

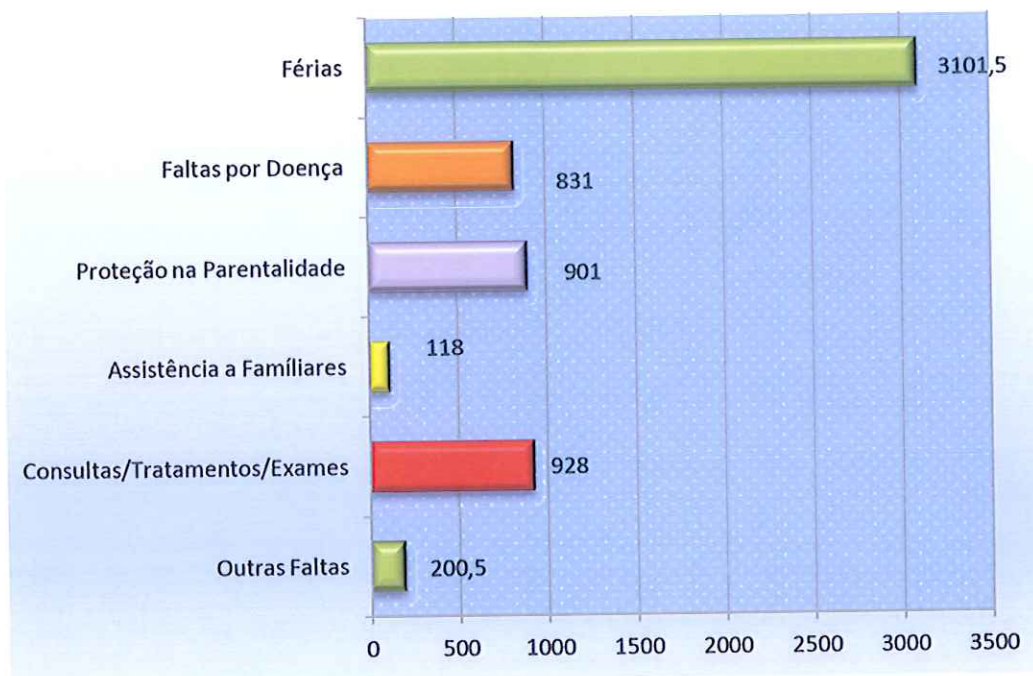


Absentismo

Num total de 6080 ausências, durante o ano de 2015, realça-se as ausências por férias, com 3101,5 dias (51,01 %).

A taxa de absentismo é uma relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis. Retirando as férias, em termos absolutos, as faltas por parentalidade contribuíram com 30,25 % para o absentismo, as faltas dadas para consultas e exames do próprio e para acompanhamento de familiares, contribuíram com 31,16% e as faltas por doença, contribuíram com cerca de 27,90%. De realçar o aumento significativo das faltas por consultas e exames.

Absentismo em dias



Fonte: Recursos Humanos/Ano 2015

1.6. Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2015 ocorreram 10 acidentes em serviço, com predominância na Carreira/categoria de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 141 dias perdidos com baixa.

Relativamente à Medicina no Trabalho, foram efetuadas 54 consultas, tendo sido despendida uma verba de 6.152,04€.



2. ANÁLISE ECONOMICO - FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal é um documento de extrema importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar, sendo por isso um documento essencial na gestão diária da autarquia, não deixando contudo de ser um documento previsional. Apesar de ser elaborado com o máximo rigor, tem alguma flexibilidade para fazer face a eventuais realidades que possam surgir. Assim, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, podem as autarquias efetuar alterações e revisões orçamentais, para fazer face a essas situações.

Analisando os quadros e comparando os valores do orçamento final com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da receita e da despesa de **91,49%** e **84,61%** respetivamente.

Estes rácios, traduzem assim a capacidade de realização das atividades programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e da receita a efetivamente cobrada.

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho bastante aceitável, quer ao nível das receitas correntes quer de capital, representando uma taxa de execução de **96,13%** e **70,60%** respetivamente, cumprindo assim o disposto no Decreto Lei nº 73/2013.

Ao analisar a execução da despesa, constata-se que os recursos financeiros realizados foram afetos **87,98%** a despesas correntes e **77,10%** as despesas de capital.

2.1. RECEITAS

As receitas totais cobradas ascenderam no valor de € 10 424 477,81, sendo de € 8 954 479,44 de receita corrente, € 1 469 998,37 de receita de capital.

Como referido, a receita global cobrada referente ao ano de 2015, foi de € 10 424 477,81, correspondente a 91,49% da receita orçamentada final, tendo resultado um desvio negativo de (-) € 969 576,19, correspondente a 8,51 %. A decomposição do desvio verificado, permite-nos aquilatar, em que tipo de receitas se verificou e qual a sua magnitude.

A receita corrente orçamentada final foi de € 9 314 574,00 tendo-se arrecadado o montante de € 8 954 479,44, ou seja, cobrou-se 96,13% do que o orçamentado, para este tipo de receita, havendo um desvio negativo de (-) 3,86%, correspondente a € 360 094,56.

A receita de capital orçamentada final foi de € 2 079 480,00, tendo-se arrecadado o montante de € 1 469 998,37, ou seja 70,76 % do orçamentado, havendo um desvio de (-) 29,24%

O desvio verificado deve-se essencialmente ao facto de ainda não ter sido transferida a comparticipação, relativa à conclusão da obra de construção da estrada Portela de Unhais/Limite do Concelho, tendo sido assinado contrato de financiamento com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em 03 de novembro de 2015, no âmbito do programa FEDER/QREN – "Overbooking", no valor aproximado de € 540 000,00, com submissão de faturação já liquidada.

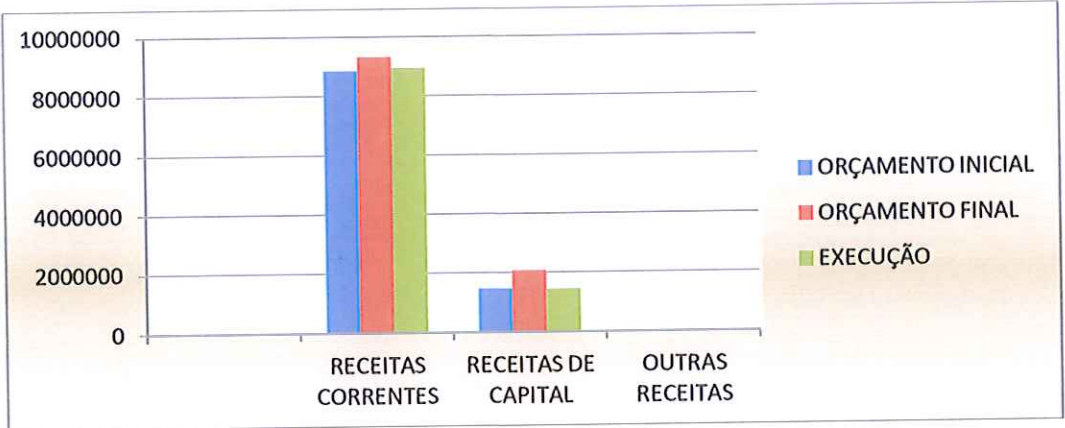
Relativamente a outras candidaturas feitas, cuja decisão já foi tomada, pelos órgãos do POVT (Plano Operacional de Valorização Territorial) o seu valor ascende aproximadamente a € 60 000,00 e respeitam às seguintes obras:

- Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra;
- Variante Vidual;
- Pampilhosa na Era Digital-Fibra Optica;

Nestes termos, face aos mecanismos de alerta precoce, constantes no n.º 3.º, do art.º 56.º, seção III, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Município de Pampilhosa da Serra registou uma taxa superior a 85% de execução da receita prevista no Orçamento, que no caso em concreto foi de 91,49%.

RECEITA

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	%
	INICIAL	FINAL		
RECEITAS CORRENTES	8.853.646,00	9.314.574,00	8.954.479,44	96,13
RECEITAS DE CAPITAL	1.476.514,00	2.079.460,00	1.455.626,39	70,00
OUTRAS RECEITAS	20,00	20,00	14.371,98	71859,90
TOTAL	10.330.180,00	11.394.054,00	10.424.477,81	91,49



RECEITA 2015

RECEITAS	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	%
RECEITA CORRENTE	INICIAL	FINAL		
Impostos diretos	465.810,00	465.810,00	484.678,82	104,05
Impostos indiretos	10.930,00	10.930,00	11.691,53	106,97
Taxas, multas e outras penalidades	35.360,00	35.360,00	23.235,14	65,71
Rendimentos de propriedade	19.200,00	19.200,00	8.661,39	45,11
Transferências correntes	7.764.806,00	8.225.734,00	7.902.611,91	96,07
Venda de bens e serviços correntes	479.510,00	479.510,00	501.843,26	104,66
Outras receitas correntes	78.030,00	78.030,00	21.757,39	27,88
Total das Receitas Correntes	8.853.646,00	9.314.574,00	8.954.479,44	96,13
RECEITA DE CAPITAL				
Venda de bens de investimento	3.030,00	3.030,00	1.065,02	35,15
Transferências de capital	1.473.464,00	2.076.410,00	1.454.561,37	70,05
Ativos financeiros	10,00	10,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	10,00	10,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	20,00	20,00	14.371,98	71859,90
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00	1.000,00	11,62	1,16
Total das Receitas de Capital	1.477.534,00	2.080.480,00	1.470.009,99	70,66
TOTAL GERAL	10.331.180,00	11.395.054,00	10.424.489,43	91,48

2.2. DESPESAS

A despesa realizada no ano de **2015**, foi de **€ 10 768 926,68** e a paga de **€ 10 750 621,04**, tendo transitado uma dívida **€ 18 305,64**, conforme Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.

O quadro Execução dos Documentos Previsionais do ano de **2015**, apresenta a execução do orçado ao nível do Cabimento, Compromisso, Realizado, Pago e Dívida.

O Cabimento é a cativação de determinada verba, visando a realização de uma despesa.

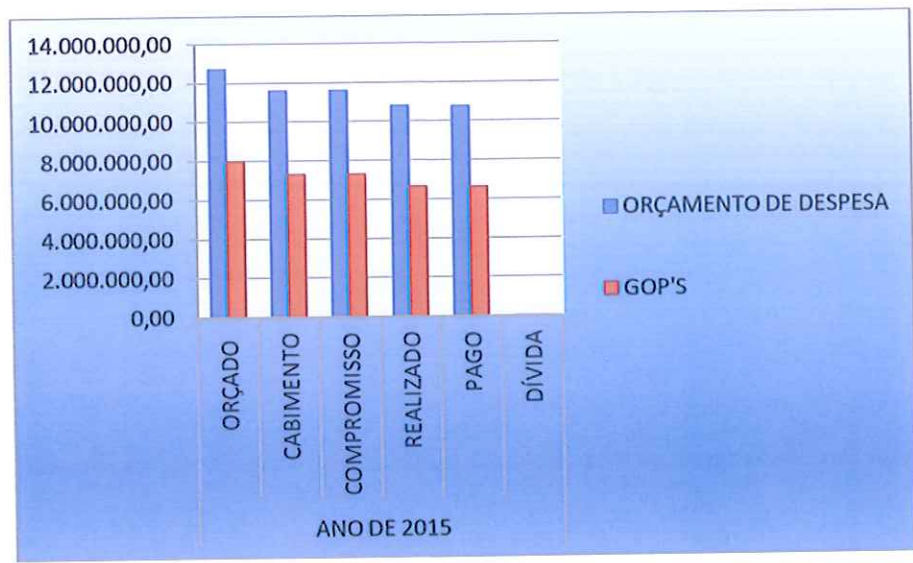
O Compromisso é a assunção face a terceiros da responsabilidade de realizar determinada despesa.

O Realizado é a contabilização dos bens, serviços e ou outras despesas que são devidas a favor de terceiros, suportadas *vulgarmente*, por faturas ou documentos equivalentes.

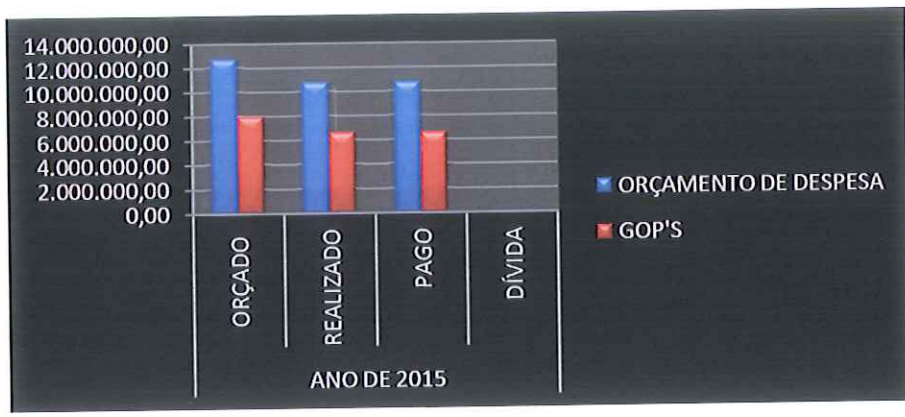
Da análise ao referido anteriormente, e ao nível do Orçamento da Despesa faz-se a seguinte leitura:

- A diferença entre o realizado e o Pago – " *dívida orçamental* " – é em 31 de dezembro de **2015 de € 18 305,64**.
- A diferença entre os Compromissos e o Pago – são em 31 de dezembro de **2015 de € 659 868,11**.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS						
DESIGNAÇÃO	ANO DE 2015					
	ORÇADO	CABIMENTO	COMPROMISSO	REALIZADO	PAGO	DÍVIDA
ORÇAMENTO DE DESPESA	12.705.434,27	11.576.702,11	11.572.769,00	10.768.926,68	10.750.621,04	18.305,64
GOP'S	7.961.880,27	7.284.848,97	7.284.848,97	6.636.423,89	6.624.980,86	11.443,03



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL						
DESIGNAÇÃO	ANO DE 2015					
	ORÇADO	REALIZADO	PAGO	DÍVIDA	%	Obs.
ORÇAMENTO DE DESPESA	12.705.434,27	10.768.926,68	10.750.621,04	18.305,64	99,83	
GOP'S	7.961.880,27	6.636.423,89	6.624.980,86	11.443,03	99,83	



Refira-se que o valor de € 659 868,11 entre o Compromisso e o Realizado, não pode ser considerada dívida orçamental, uma vez que os trabalhos ainda não foram efetuados, ou se o foram, ainda não foi emitida a competente fatura ou documento equivalente.

As despesas totais geradas ascenderam a € 10 750 621,04, sendo de despesas correntes € 7 720 959,63, correspondentes a 87,98% e de despesas de capital € 3 029 661,41, correspondentes a 77,10%.

DESPESA

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	%
DESPESAS CORRENTES	7.085.815,00	8.776.069,27	7.720.959,63	87,98
DESPESAS DE CAPITAL	3.245.365,00	3.929.365,00	3.029.661,41	77,10
TOTAL	10.331.180,00	12.705.434,27	10.750.621,04	84,61

2015 DESPESA

DESPESA CORRENTE	INICIAL	FINAL	EXECUÇÃO	%
Pessoal	2.792.901,00	2.437.451,00	2.380.642,57	97,67
Aquisição de bens e serviços correntes	3.191.364,00	4.623.314,00	3.707.249,35	80,19
Juros e outros encargos	5.500,00	5.500,00	485,44	8,83
Transferências correntes	944.000,00	1.585.880,27	1.528.611,44	96,39
Subsídios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	151.050,00	122.924,00	103.970,83	84,58
Total das Despesas Correntes	7.085.815,00	8.776.069,27	7.720.959,63	87,98
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de bens de investimento	2.873.000,00	3.547.500,00	2.748.053,23	77,46
Transferências de capital	254.000,00	156.500,00	94.139,32	60,15
Ativos financeiros	63.265,00	114.265,00	88.438,54	77,40
Passivos financeiros	55.000,00	65.500,00	61.804,45	94,36
Outras Despesas de Capital	100,00	45.600,00	37.225,87	0,00
Total das Despesas de Capital	3.245.365,00	3.929.365,00	3.029.661,41	77,10
TOTAL GERAL	10.331.180,00	12.705.434,27	10.750.621,04	84,61

Da apreciação aos quadros constata-se o seguinte:

As despesas correntes pagas ascenderam a € **7 720 959,63**, o que face à dotação orçamental inscrita, indica um grau de execução de **87,98 %**;

O montante despendido com pessoal, (incluindo as remunerações, abonos e segurança social) representa **22,14%** do total das despesas correntes, e apresenta um grau de execução financeira de **97,67 %**;

O montante das despesas de capital pagas, foi de € **3 029 661,41**, tendo o nível de execução orçamental ficado "aparentemente" aquém do valor das despesas correntes, ao apresentar um grau de execução de **77,10%** do valor orçado.

A rubrica aquisição de bens de investimento, que absorve quase a globalidade do montante orçamentado, para as despesas de capital, (**77,10%**) teve uma realização de **77,46%**. Esta discrepância deve-se ao facto

de a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ter "compromissos" de obras, e algumas estarem a decorrer.

2.3. MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Total da Receitas Correntes	8.954.479,44	85,90	Total das Despesas Correntes	7.720.959,63	71,82
Total das Receitas de Capital	1.470.009,99	14,10	Total das Despesas de Capital	3.029.661,41	28,18
TOTAL GERAL	10.424.489,43	100,00	TOTAL GERAL	10.750.621,04	100,00

2.4. RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SALDOS DE GERÊNCIA

RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
Saldo inicial de gerência	1.310.380,27	11,17	Saldo final de gerência	984.248,66	8,39
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	484.678,82	4,13	Pessoal	2.380.642,57	20,29
Impostos indiretos	11.691,53	0,10	Aquisição de bens e serviços correntes	3.707.249,35	31,59
Taxas, multas e outras penalidades	23.235,14	0,20	Juros e Outros encargos	485,44	0,00
Rendimentos da propriedade	8.661,39	0,07	Transferências correntes	1.528.611,44	13,03
Transferências correntes	7.902.611,91	67,34	Outras despesas correntes	103.970,83	0,89
Venda de bens e serviços correntes	501.843,26	4,28			0,00
Outras receitas correntes	21.757,39	0,19			0,00
					0,00
Total da Receitas Correntes	8.954.479,44	76,31	Total das Despesas Correntes	7.720.959,63	65,80
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	1.065,02	0,01	Aquisição de bens de capital	2.748.053,23	23,42
Transferências de capital	1.454.561,37	12,40	Transferências de capital	94.139,32	0,80
Passivos Financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	88.438,54	0,75
Outras receitas de capital	14.371,98	0,12			
Reposições não abatidas nos pagamentos	11,62	0,00	Passivos financeiros	61.804,45	0,53
			Outras despesas de capital	37.225,87	0,31
Total das Receitas de Capital	1.470.009,99	12,53	Total das Despesas de Capital	3.029.661,41	25,82
TOTAL GERAL	11.734.869,70	100,00	TOTAL GERAL	11.734.869,70	100,00

Mapa Resumo das Receitas e Despesas Efetivas

RECEITAS	VALOR €	%	DESPESAS	VALOR €	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESA CORRENTE		
Impostos diretos	484.678,82	4,65	Pessoal	2.380.642,57	22,14
Impostos indiretos	11.691,53	0,11	Aquisição de bens e serv. correntes	3.707.249,35	34,48
Taxas, multas e outras penalidades	23.235,14	0,22	Juros e Outros encargos	485,44	0,00
Rendimentos da propriedade	8.661,39	0,08	Transferências correntes	1.528.611,44	14,22
Transferências correntes	7.902.611,91	75,81	Outras despesas correntes	103.970,83	0,97
Venda de bens e serviços correntes	501.843,26	4,81			
Outras receitas correntes	21.757,39	0,21			
Total da Receitas Correntes	8.954.479,44	85,90	Total das Despesas Correntes	7.720.959,63	71,82
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	1.065,02	0,01	Aquisição de bens de capital	2.748.053,23	25,56
Transferências de capital	1.454.561,37	13,95	Transferências de capital	94.139,32	0,88
Ativos financeiros	0,00	0,00			
Passivos financeiros	0,00	0,00	Ativos financeiros	88.438,54	0,82
Outras receitas de capital	14.371,98	0,14			
Reposições não abatidas nos pagam.	11,62	0,00	Passivos financeiros	61.804,45	0,57
			Outras despesas de capital	37.225,87	0,35
Total das Receitas de Capital	1.470.009,99	14,10	Total das Despesas de Capital	3.029.661,41	28,18
TOTAL GERAL	10.424.489,43	100,00	TOTAL GERAL	10.750.621,04	100,00

Mapa Descritivo das Despesas de Investimento

MAPA DE INVESTIMENTOS			Euros	TOTAL
01.02	0701	INVESTIMENTOS		
01.02	070101	Terrenos	112.472,60	112.472,60
01.02	070103	Edifícios		808.047,47
01.02	07010301	Instalações de serviços	79.231,23	
01.02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	10.495,73	
01.02	07010305	Escolas	3.585,86	
01.02	07010307	Outros	714.734,65	
01.02	070104	Construções diversas		1.358.827,10
01.02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	205.773,05	
01.02	07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	11.848,05	
01.02	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	0,00	
01.02	07010404	Iluminação pública	0,00	
01.02	07010405	Parques e jardins	21.335,93	
01.02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	55.726,68	
01.02	07010407	Captação e distribuição de água	82.924,59	
01.02	07010408	Viação rural	880.221,05	
01.02	07010409	Sinalização e trânsito	3.612,89	
01.02	07010413	Outros	97.384,86	
01.02	070106	Material de Transporte		78.194,36
01.02	07010601	Recolha de resíduos	0,00	
01.02	07010602	Outro	78.194,36	
01.02	070107	Equipamento de informática	42.090,23	42.090,23
01.02	070108	Software de informática	162.151,48	162.151,48
01.02	070109	Equipamento administrativo	11.916,24	11.916,24
01.02	070110	Equipamento básico		174.353,75
01.02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	0,00	
01.02	07011002	Outro	174.353,75	
01.02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
		TOTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO		2.748.053,23

Mapa Resumo da Despesa Funcional

	OBJETIVOS	Dotação inicial	Dotação final	Compromisso	Despesa paga	%
1	- FUNÇÕES GERAIS					
1.1.0	- Serviços Gerais da Administração Pública					
1.1.1	- Administração Geral	1.630.000,00	1.701.000,00	1.604.953,04	1.343.337,13	78,97%
1.2.0	- Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1	- Proteção Civil e luta Contra Incêndios	161.000,00	194.500,00	186.265,00	186.265,00	95,77%
2.	- FUNÇÕES SOCIAIS					
2.1.0	- Educação					
2.1.1	- Ensino não Superior	122.500,00	93.500,00	69.950,12	62.456,95	66,80%
2.1.2	- Serviços Auxiliares de Ensino	305.000,00	341.000,00	323.028,42	313.231,24	91,86%
2.2.1	- Serviços individuais de Saúde	651.000,00	860.000,00	842.042,72	796.649,86	92,63%
2.3.0	- Segurança e Ação Social					
2.3.2	- Ação Social	314.500,00	241.380,27	227.167,12	217.030,40	89,91%
2.4.0	- Habitação e Serviços Coletivos					
2.4.1	- Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.2	- Ordenamento do Território	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.3	- Saneamento	151.000,00	85.500,00	64.810,50	64.545,57	75,49%
2.4.4	- Abastecimento de Água	317.000,00	305.000,00	266.917,92	258.542,75	84,77%
2.4.5	- Resíduos Sólidos	90.000,00	25.500,00	19.916,45	18.291,28	71,73%
2.4.6	- Proteção Meio Ambiente e Cons. da Natureza	380.500,00	97.500,00	51.316,75	51.316,75	52,63%
2.5.0	- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	- Cultura	196.000,00	548.500,00	494.265,18	468.904,10	85,49%
2.5.2	- Desporto, Recreio e Lazer	220.000,00	192.500,00	172.144,52	152.738,89	79,34%
3	- FUNÇÕES ECONÓMICAS					
3.1.0	- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	11.000,00	7.500,00	5.953,20	5.953,20	79,38%
3.2.0	- Indústria e Energia	46.000,00	34.000,00	27.883,11	27.710,48	81,50%
3.3.0	- Transportes e Comunicações					
3.3.1	- Transportes Rodoviários	752.000,00	1.756.000,00	1.503.626,07	1.252.052,24	71,30%
3.3.2	- Transportes Aéreos	36.000,00	7.500,00	2.214,00	2.214,00	29,52%
3.4.0	- Comércio e Turismo					
3.4.1	- Mercados e Feiras	45.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.2	- Turismo	192.000,00	203.000,00	171.313,83	155.836,45	76,77%
4	- OUTRAS FUNÇÕES					
4.1.0	- Operações da Dívida Autárquica					
4.2.0	- Transferências entre Administrações					
4.3.0	- Diversa não Especificadas	720.000,00	1.266.500,00	1.251.081,02	1.247.904,57	98,53%
TOTAL	TOTAL	6.341.500,00	7.961.880,27	7.284.848,97	6.624.980,86	83,21%

2.5. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

SERVIÇO DA DÍVIDA

Compreende-se " Serviço da Dívida " como os pagamentos efetuados a título de amortização e juros dos empréstimos junto de instituições financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a autarquia poder complementar o recurso a financiamentos na concretização de investimentos. Neste sentido, o crédito bancário constituiu uma alternativa viável, na materialização dos objetivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

De acordo com o estipulado no nº 1 do artigo 49º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei.

Em 2015, o Município de Pampilhosa da Serra iniciou a sua gerência com uma dívida de **€ 61 804,05** resultante de diversos empréstimos a médio e longo prazo, contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

No decorrer da Gerência do ano de 2015, foram pagos juros no montante de **€ 452,53**; as amortizações foram no valor de **€ 61 804,05**. Assim, a dívida em 31-12-2015 era de **€ 0,00**.

O Município não recorreu ao crédito a curto prazo durante o ano de 2015.

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 01 DE JANEIRO DE 2015	61 804,05 €
AMORTIZAÇÕES (DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA)	61 804,05 €
DÍVIDA EM31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00 €

Em face do disposto no n.º 2 do art.º 56º da Lei n.º 73/2013, (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) a situação é demonstrada nos quadros seguintes:

MAPA DEMONSTRATIVO DA DIVIDA TOTAL

	Receita corrente líquida cobrada	€	%
(1)	2012	6.847.524,17	
(2)	2013	8.136.224,15	
(3)	2014	9.058.663,39	
(4)= (1)+(2)+(3)		24.042.411,71	
Limite da Dívida total			
(5)= (4) : 3 x 1,5		12.021.205,86	
(a)	Limite da dívida total	12.021.205,86	100%
Dívida:			
(b)	- Financeira	0,00	
(c)	- Comercial	18.305,64	
(d)=(b)+(c)	sub-total	18.305,64	
(e)=(d):(a)	Contributo do Município para o limite da dívida		0,15%
(f)	WRC-Agência de desenvolvimento Regional	202,00	
(g)	CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	1.536,59	
(h)	CESAB - Centro de Estudos do Ambiente	53,06	
(i)			
(j)			
(l)			
(m)			
(n)			
(o)=(f)+...+(n)	sub-total	1.791,65	
(p)=(o):(a)	Contributo das entidades para o limite da dívida		0,01%
(q)=(d)+(o)	Capacidade de endividamento utilizada	20.097,29	0,17%
(r)= (q)-(a)	excesso de endividamento	12.001.108,57	-99,83%

MAPA DEMONSTRATIVO DA DIVIDA TOTAL (COM MARGEM DE ENDIVIDAMENTO)

	Receita corrente liquida cobrada	€	%
(1)	2012	6.847.524,17	
(2)	2013	8.136.224,15	
(3)	2014	9.058.663,39	
(4)= (1)+(2)+(3)		24.042.411,71	

Limite da Divida total	
(5)= (4) : 3 x 1,5	12.021.205,86

(a)	Limite da dívida total	12.021.205,86	100%
	Dívida:		
(b)	- Financeira	0,00	
(c)	- Comercial	18.305,64	
(d)=(b)+(c)	sub-total	18.305,64	
(e)=(d):(a)	Contributo do Município para o limite da dívida		0,15%

(f)	WRC-Agência de desenvolvimento Regional	202,00
(g)	CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	1.536,59
(h)	CESAB - Centro de Estudos do Ambiente	53,06
(i)		
(j)		
(l)		
(m)		
(n)		

(o)=(f)+...+(n)	sub-total	1.791,65
(p)=(o):(a)	Contributo das entidades para o limite da dívida	0,01%

(q)=(d)+(o)	Capacidade de endividamento utilizada	20.097,29	0,17%
-------------	---------------------------------------	-----------	-------

(r)= (q)-(a)	excesso de endividamento	12.001.108,57	99,83%
--------------	--------------------------	---------------	--------

(s)= D33*D37	Margem de endividamento nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 52º da Lei 73/2013, de 03 de setembro (20%)	MARGEM UTILIZÁVEL
		20%
		2.400.221,71

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA EM 31-12-2015						
ENTIDADES PARTICIPADA		TIPO DE ENTIDADE	% DA PARTICIPAÇÃO	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA BRUTA DO MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
DENOMINAÇÃO	N.I.P.C.					
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA	513606130	Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC-Eresíduos Sólidos do Centro, SA	503004405	Societária	0,26	2.010.198,77	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,18	(-)112221,8	202,00	Uma vez que o resultado antes de impostos é positivo cumpre assim o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não Societária	2,22	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não Societária	16,66	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ANMP-Associação Nacional de Municípios	501627413	Não Societária	0,28	111.658,90	0,00	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC- Comunidade Intermunicipal da Região Centro	508354617	Não Societária	0,00	-49.079,74	1.536,59	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR-Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Associação Coimbra Região Digital	506394930	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
MATREZE-Matadouro Regional do Zêzere, SA	501491821	Societária	0,83	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento	503854956	Não Societária	0,00	Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
CESAB-Centro de Estudos do Ambiente	502883308	Não Societária	1,41	-37.634,32	53,06	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro
Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata	502883308	Não Societária	0,38	6.833,05	0,00	Uma vez que o resultado é positivo cumpre assim o disposto na alínea e) do nº 1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

No final do exercício do ano de 2015, o limite da capacidade de endividamento líquido da Dívida Total Municipal é de: € 2 400 221,71.



ANÁLISE FINANCEIRA

3. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Prestação de contas também prevê a parte patrimonial: custos e proveitos, ativos e passivos, são um sistema que tem como principal objetivo o registo de todas as operações da autarquia que originam alterações no seu património.

As demonstrações financeiras do Município da Pampilhosa da Serra, a 31 de Dezembro, foram preparadas, em conformidade com os princípios contabilísticos das disposições do POCAL.

A situação financeira e patrimonial é analisada no âmbito do Balanço e da Demonstração de Resultados, os quais são peças contabilísticas fundamentais, proporcionam uma visão completa sobre a situação económica, financeira e patrimonial do Município, bem como os resultados obtidos pela Autarquia Local, permitindo, desta forma, a comparabilidade da informação relativa à prestação de contas dos vários mapas e anexos em cada ano económico.

3.1 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta os princípios da especialização e simplifica os resultados alcançados pelo Município de Pampilhosa da Serra, é o quadro contabilístico que mostra a natureza dos múltiplos custos e perdas, proveitos e ganhos, conducentes aos resultados. Avalia como foram aplicados os recursos utilizados e compara os custos e perdas incorridas para obtenção dos proveitos e ganhos. De salientar que os proveitos são classificados em correntes e extraordinários.

É importante distinguir a conta **74** pelo seu elevado valor – **Transferências e subsídios obtidos**, que se destina a revelar as Transferências provenientes do OE, sob a forma de Transferências Financeiras ao abrigo da Lei das Finanças Locais ou de contratos de cooperação técnica e financeira.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2015		2014	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	179.232,28		161.990,65	
	Matérias	0,00	179.232,28	0,00	161.990,65
62	Fornecimentos e serviços externos	3.574.354,63		3.515.693,40	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.859.178,27		1.945.977,33	
643 a 648	Encargos sociais:	519.943,02	5.953.475,92	495.120,28	5.956.791,01
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.558.698,78	1.558.698,78	1.476.915,66	1.476.915,66
66	Amortizações do exercício	2.761.837,04		2.698.009,63	
67	Provisões do exercício	0,00	2.761.837,04	0,00	2.698.009,63
65	Outros custos e perdas operacionais	52.676,52	52.676,52	0,00	0,00
	(A).....		10.505.920,54		10.293.706,95
68	Custos e perdas financeiras	26.621,31	26.621,31	15.851,63	15.851,63
	(C).....		10.532.541,85		10.309.558,58
69	Custos e perdas extraordinários	132.854,14	132.854,14	145.423,14	145.423,14
	(E).....		10.665.395,99		10.454.981,72
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-427.871,98	0,00	-80.809,07
			10.237.524,01		10.374.172,65
PROVEITOS E GANHOS					
	Vendas e prestações de serviços				
7.111	Vendas de mercadorias	140.080,87		119.007,77	
7112+7113	Vendas de produtos	22.174,28		9.703,43	
712	Prestações de serviços	363.904,07	526.159,22	318.902,12	447.613,32
72	Impostos e taxas	514.688,61		561.840,40	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	8.429.342,11		8.400.550,37	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.944.030,72	0,00	8.962.390,77
	(B).....		9.470.189,94		9.410.004,09
78	Proveitos e ganhos financeiros	28.418,36	28.418,36	41.026,93	41.026,93
	(D).....		9.498.608,30		9.451.031,02
79	Proveitos e ganhos extraordinários	738.915,71	738.915,71	923.141,63	923.141,63
	(F).....		10.237.524,01		10.374.172,65
RESUMO:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		-1.035.730,60		-883.702,86
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		1.797,05		25.175,30
	Resultados correntes: (D)-(C)=		-1.033.933,55		-858.527,56
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		-427.871,98		-80.809,07

Relativamente à atividade desenvolvida no exercício económico de 2015, o Município encerrou as suas contas com o montante de custos de **10.237.524,01€**, e de proveitos o montante de **10.237.524,01€**. Desta situação surgiu um Resultado Líquido negativo de **427.871,98€**, que se reflete do seguinte modo:

3.2 RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

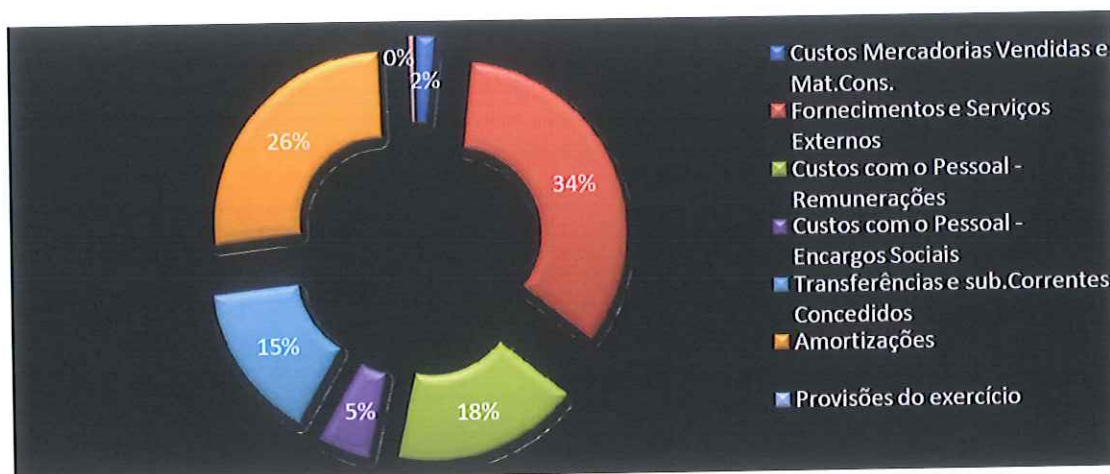
- **Custos Operacionais**

Custos Operacionais	2015	%	2014	%
Custos Mercadorias Vendidas e Mat.Cons.	179.232,28 €	1,71%	161.990,65 €	1,57%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.574.354,63 €	34,02%	3.515.693,40 €	34,15%
Custos com o Pessoal - Remunerações	1.859.178,27 €	17,70%	1.945.977,33 €	18,90%
Custos com o Pessoal - Encargos Sociais	519.943,02 €	4,95%	495.120,28 €	4,81%
Transferências e sub.Correntes Concedidos	1.558.698,78 €	14,84%	1.476.915,66 €	14,35%
Amortizações	2.761.837,04 €	26,29%	2.698.009,63 €	26,21%
Provisões do exercício	- €	0,00%	- €	0,00%
Outros Custos e Perdas Operacionais	52.676,52 €	0,50%	- €	0,00%
TOTAL	10.505.920,54 €	1,00 €	10.293.706,95 €	1,00 €

- Custos operacionais – o custo das mercadorias vendidas regista um aumento pouco significativo em relação ao ano anterior – abastecimento de água pela empresa Águas do Centro e compra de mercadorias para venda nos postos de venda – Gira e Museu.
- No que respeita às despesas com o pessoal – remunerações, podemos verificar que o seu valor é inferior ao ano de 2014, passando de 1.945.977,33 € para 1.859.178,27 €. Esta diminuição é resultante da aposentação de funcionários.
- Relativamente às despesas com pessoal – Encargos Sociais, tiveram um aumento em relação ao ano transato, passaram de 495.120,28€ para 519.943,02€, resultante dos encargos com a ADSE (Assistência na

Doença aos Servidores Civis do Estado), despesa que não é controlada pelo Município e referente ao aumento das taxas contributivas.

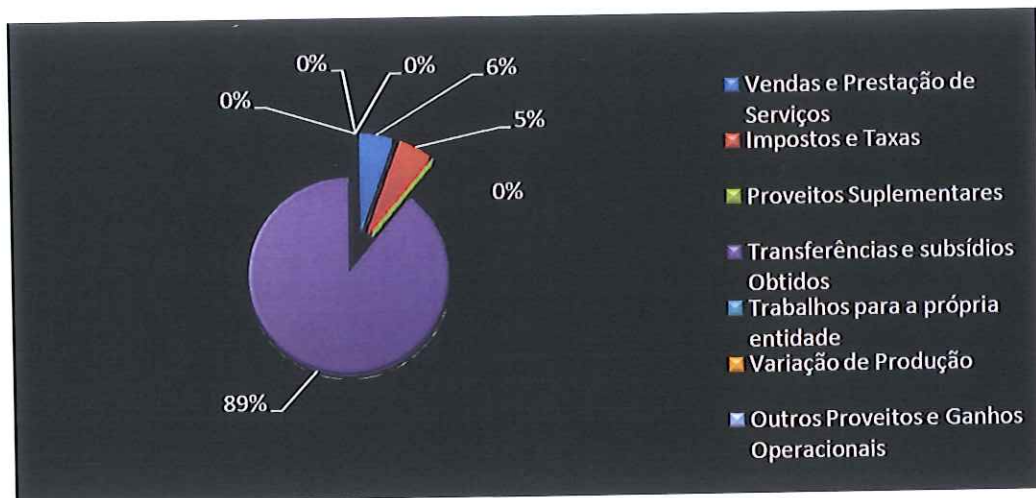
Quanto aos valores refletidos no gráfico referente aos Custos Operacionais, podemos realçar as rubricas de fornecimentos e serviços externos – conta 62, e custos com o pessoal – conta 64, Amortizações – conta 66, que no conjunto representam cerca de 78,00% da totalidade dos custos operacionais.



3.3. Proveitos Operacionais

Proveitos Operacionais	2015	%	2014	%
Vendas e Prestação de Serviços	526.159,22	5,56%	447.613,32	4,76%
Impostos e Taxas	514.688,61	5,43%	561.840,40	5,97%
Proveitos Suplementares	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios Obtidos	8.429.342,11	89,01%	8.400.550,37	89,27%
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	0	0,00%
Variação de Produção	0	0,00%	0	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	9.470.189,94	100,00%	9.410.004,09	100,00%

- Quanto aos proveitos operacionais, realçamos o aspeto financeiro que resulta da conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, provenientes do Orçamento de Estado, Receita dos Parques Eólicos, comparticipações do estado para despesas correntes e protocolos celebrados com o Estado no âmbito da educação e proteção às famílias. Como podemos observar no gráfico seguinte, o resultado da conta 74 representa 89% da receita dos proveitos operacionais.
- Podemos ainda verificar no quadro seguinte que o valor das taxas e impostos, teve uma ligeira diminuição devido ao término da Clausula de Salvaguarda.



3.4. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros à data de 31 de Dezembro de 2015, têm a seguinte composição:

Demonstração de resultados financeiros							
Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	452,53	1.422,93	781	Juros obtidos	5.355,45	17.045,30
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	22.435,10	23.353,94
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	26.168,78	14.428,70	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	1.797,05	25.175,30	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	627,81	627,69
		28.418,36	41.026,93			28.418,36	41.026,93

- No quadro acima podemos confrontar os juros suportados com empréstimos e os juros obtidos com os depósitos a prazo, bem como os Rendimentos de Imóveis.
- Relativamente a 2015, verificou-se que os juros obtidos tiveram uma alteração significativa devido aos montantes aplicados terem sido menores em relação ao ano anterior.

3.5. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários à data de 31 de Dezembro de 2015, têm a seguinte composição:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	94.139,32	132.464,79	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	12.899,66	2.457,47	794	Ganhos em imobilizações	1.065,04	31.705,44
695	Multas e Penalidades	0,00	538,25	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.216,20	3.195,52
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Corr. relat. Exerc. Anteriores (Restituições)	3.954,88	725,71	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	18.091,53
698	Outros custos e perdas extraordinárias	21.860,28	9.236,92	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	734.634,47	870.149,14
	Resultados extraordinários	606.061,57	777.718,49				
		738.915,71	923.141,63			738.915,71	923.141,63

Da análise ao quadro observamos o seguinte:

- Quanto às transferências de capital, teve uma diminuição em relação ao ano anterior, mesmo com todos os condicionalismos impostos pelo Estado, é evidenciada a preocupação constante por parte do Município em manter a continuidade no apoio ao associativismo.
- Relativamente a Outros Custos e Perdas Extraordinários verifica-se um aumento resultante de pagamentos com despesas relacionadas com **auxílios sociais**.
- Quanto á conta 797, verifica-se, não foram efetuadas correções.
- Em relação à conta 798 – outros proveitos e ganhos extraordinários, também se verifica um ligeira diminuição, não existindo correções significativas aos proveitos para obras de anos anteriores.

3.6. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

- Enquanto a execução Orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, este quadro reflete a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, evidência os seus bens, direitos e obrigações.

CONTAS	BALANÇO – 2015	EXERCÍCIOS			
		2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado				
	<i>Bens de domínio público</i>				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	44.956.970,12	16.777.436,70	28.179.533,42	29.234.541,28
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.500,00	90,45	4.409,55	4.439,70
459	Outros bens de domínio público	246.311,66	21.522,26	224.789,40	82.860,15
445	Imobilizações em curso	3.846.384,17	0,00	3.846.384,17	3.780.316,40
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		49.054.165,95	16.799.049,41	32.255.116,54	33.102.157,53
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	237.726,80	127.429,54	110.297,26	11.844,90
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		237.726,80	127.429,54	110.297,26	11.844,90
	<i>Imobilizações Corpóreas</i>				
421	Terrenos e recursos naturais	860.765,49	19.600,50	841.164,99	728.709,14
422	Edifícios e outras construções	8.469.722,45	1.382.022,95	7.087.699,50	7.015.736,37
423	Equipamento básico	3.670.722,82	2.685.145,93	985.576,89	1.034.780,37
424	Equipamento de transporte	3.724.279,03	3.188.324,03	535.955,00	579.341,43
425	Ferramentas e utensílios	2.812,27	1.785,60	1.026,67	1.383,79
426	Equipamento administrativo	414.545,59	353.152,79	61.392,80	70.864,53
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	1.664,98	5.587,78	5.742,78
442	Imobilizações em curso	2.256.159,94	0,00	2.256.159,94	1.743.127,79
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		19.406.260,35	7.631.696,78	11.774.563,57	11.179.686,20
	<i>Investimentos Financeiros</i>				
411	Partes de capital	141.137,42		141.137,42	141.137,42
412	Obrigações e títulos de participação	442.152,43	0,00	442.152,43	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

		683.289,85	0,00	683.289,85	241.137,42
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	3.746,18	0,00	3.746,18	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		3.746,18	0,00	3.746,18	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	16.714,50	0,00	16.714,50	7.146,75
212	Contribuintes, c/c	575,99	0,00	575,99	471,32
213	Utentes, c/c	29.818,69	0,00	29.818,69	3.702,93
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	45.307,88	0,00	45.307,88	37.552,06
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	721.055,64	0,00	721.055,64	46.070,11
		813.472,70	0,00	813.472,70	94.943,17
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.328.047,28	0,00	1.328.047,28	1.517.893,47
11	Caixa	1.022,18	0,00	1.022,18	855,99
		1.329.069,46	0,00	1.329.069,46	1.518.749,46
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	964.358,21	0,00	964.358,21	1.007.408,57
272	Custos diferidos	22.516,12	0,00	22.516,12	21.083,43
		986.874,33	0,00	986.874,33	1.028.492,00
	Total de amortizações		24.558.175,73		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do activo	72.514.605,62	24.558.175,73	47.956.429,89	47.177.010,68

CONTAS	BALANÇO - 2015	EXERCÍCIOS	
		2015	2014
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios		
51	<i>Património</i>	12.453.612,94	12.453.612,94
55	<i>Ajustamento de partes de capital em empresas</i>		
56	<i>Reservas de reavaliação</i>		
	Reservas		
571	Reservas legais	767.625,92	767.625,92
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	<i>Resultado transitados</i>	23.673.915,34	23.754.724,41
88	<i>Resultado líquido do exercício</i>	-427.871,98	-80.809,07
		36.467.282,22	36.895.154,20
	Passivo		
292	<i>Provisões para riscos e encargos</i>		
	<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</i>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	0,00	61.804,45
		0,00	61.804,45
	<i>Dívidas a terceiros - Curto prazo</i>		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	18.380,37	39.984,63
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	750,00	2.022,66
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	31.000,70
24	Estado e outros entes públicos	106.843,85	33.086,45
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	649.320,82	205.484,34
		775.295,04	311.578,78
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	490.922,30	366.546,12
274	Proveitos diferidos	10.222.930,33	9.541.927,13
		10.713.852,63	9.908.473,25
	Total dos fundos próprios e do passivo	47.956.429,89	47.177.010,68

Da análise ao Balanço podemos constatar o seguinte:

➤ **Ativo**

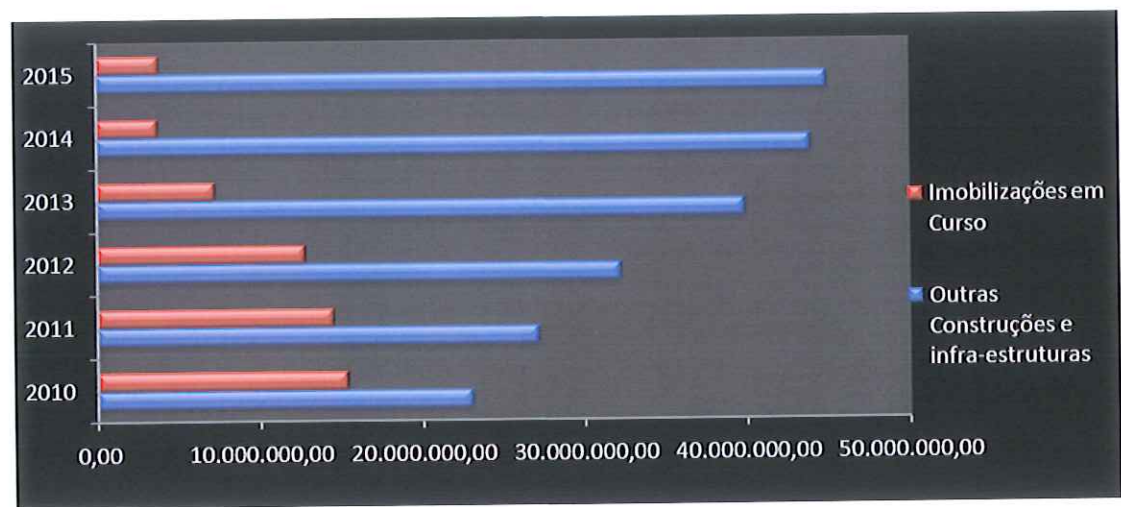
- O Ativo Líquido no *términus* do ano de 2015 ascendeu a 47.956.429,89€, enquanto no final do ano anterior foi de 47.177.010,68€, o que reflete um acréscimo de 779.419,21€ no património líquido municipal, consequência da inclusão de bens patrimoniais no âmbito do processo de inventariação/ cadastro e fecho de Obras.
- A conta 41.1-Partes do capital, manteve-se igual. Os investimentos financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal.
- A conta 41.5 – Outras Aplicações Financeiras, regista o valor de 100.000,00 €, participação na Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.
- A conta 442 - Imobilizações em curso - Imobilizações Corpóreas regista um acréscimo de 513.032,15€, este acréscimo corresponde a um aumento de Património –Obras em curso – Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra.

O Investimento tem vindo a aumentar de ano para ano, cabe no entanto referir que, conforme o previsto no POCAL (anexo 8.2.14), uma grande parte dos bens, sobretudo do Domínio Público, continuam a aguardar valorização.

- O quadro seguinte mostra-nos as variações nas duas contas de maior movimento no Imobilizado (bens de domínio público) nos últimos cinco anos.



	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Outras Construções e Infra-estruturas	23.089.906,97	27.189.464,65	32.240.828,16	39.874.932,07	43.962.818,01	44.956.970,12
Imobilizações em Curso	15.411.199,17	14.564.771,40	12.807.820,84	7.238.130,96	3.780.316,40	3.846.384,17
Total	38.501.106,14	41.754.236,05	45.048.649,00	47.113.063,03	47.743.134,41	48.803.354,29



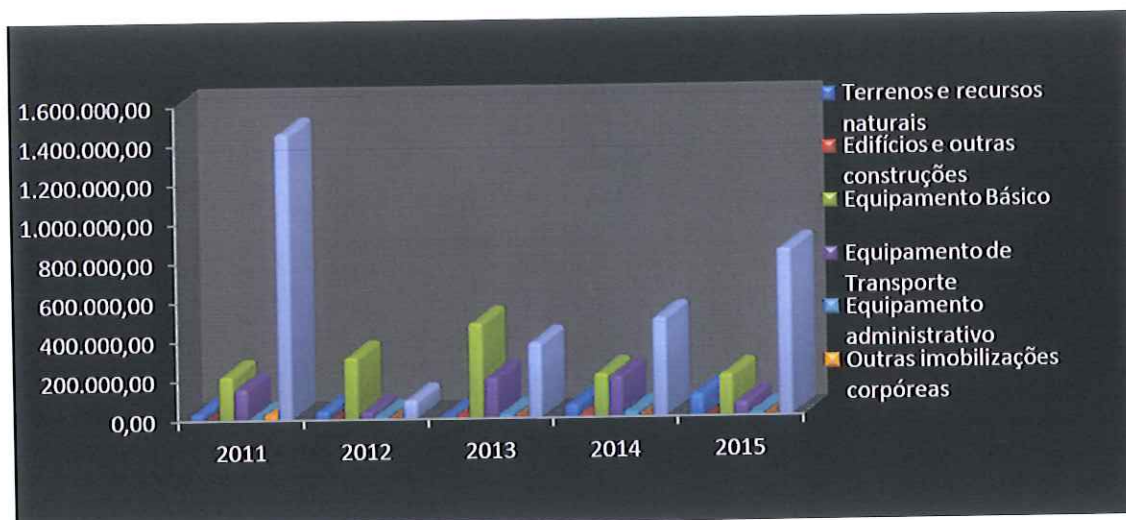
➤ IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

- No quadro seguinte podemos verificar a variação entre as seguintes contas:

- 42.1 - Terrenos
- 42.3 - Equipamento básico;
- 42.4 - Equipamento de transporte;
- 42.6 - Equipamento administrativo;
- 42.9 - Outras imobilizações Corpóreas;
- 44.2 - Imobilizações em curso;

Coluna	2011	2012	2013	2014	2015
Terrenos e recursos naturais	31.199,80	42.846,60	7.000,00	68.105,00	112.472,60
Edifícios e outras construções	0	0,00	5.000,00	12.000,00	0,00
Equipamento Básico	224.369,41	317.041,62	483.123,99	222.489,38	211.075,36
Equipamento de Transporte	160.611,81	34.467,80	205.139,25	208.227,73	72.033,79
Equipamento administrativo	2.812,27	11.755,39	17.999,09	26.432,64	11.916,24
Outras imobilizações corpóreas	23.549,42	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	1.456.803,77	96.608,17	381.113,57	505.545,63	849.758,04
Total	1.899.316,48	502.719,58	1.099.375,90	1.012.800,38	1.257.256,03

➤ Elabora-se o gráfico referente às Imobilizações Corpóreas:



➤ Ativo – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

- As contas 211- "Clientes, c/c", 212 – "Contribuintes, c/c" e 213 – Utentes, c/c - registam um valor de **47 109,18€**, referente à receita virtual - débitos dos Municípes. Este valor aumentou substancialmente em relação ao ano anterior, devido à faturação emitida, ser considerada como dívida no ato da emissão desde março de 2015, com a implantação do sistema de faturação.
- A conta 12 – "Depósitos em Instituições financeiras", regista um valor de 1.328.047,28€. O saldo desta conta teve uma pequena variação em relação ao ano anterior.

➤ Passivo – Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo

- A conta 2312 – "Dividas a Instituições de Crédito" - A Divida a terceiros de médio e longo prazo corresponde aos empréstimos bancários de médio e longo prazo, utilizados após contratação e que estão por amortizar ao longo de um período alargado. O Município no final do ano de 2015 não regista dívidas de Médio e longo prazo.
- A CONTA 221 – Fornecedores, c/c, regista o valor de **18.380,37€**. Deve-se ao facto de ter havido atraso por parte dos fornecedores no envio atempado da faturação, o que não permitiu aos serviços proceder à sua liquidação em tempo útil. Esta dívida foi paga no início de 2016, e pelo resultado ora evidenciado, é prática do Município pautar o seu cumprimento com os fornecedores, os compromissos assumidos.
- A conta 2611 – Fornecedores de Imobilizado, não regista valor em divida. Salienta-se que os compromissos assumidos com os Fornecedores de Empreitadas, foram todos pagos no ano de 2015.
- As contas 262+263+267+268 – Outros Credores, regista o valor de **649.320,82€**, referente às Garantias e Cauções das empreitadas públicas.

3.7. Acréscimos e diferimentos (Ativo e Passivo)

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios registam-se as seguintes situações:

- Custos diferidos, despesas contabilizados no exercício de 2015 e com base na estimativa dos encargos referentes ao exercício de 2016, foram diferidos e serão reconhecidos nesse exercício.
- Conta 274 - Proveitos diferidos, subsídios atribuídos a ativos fixos amortizáveis a fundo perdido e devem ser considerados à medida que ocorrem os correspondentes custos (Amortizações). As participações para bens de Domínio Público foram todas registadas na conta 274, não se refletindo nos proveitos do exercício.

- Acréscimos de proveitos – esta conta serve de contrapartida ao registo dos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, mas que ainda não geraram receitas, como podemos observar no quadro seguinte:

Acréscimos de proveitos

Descrição	2015	2014	Var
Juros a receber	0,00	1.984,30	-1.984,30
Receitas das Eólicas	365.218,07	380.644,69	-15.426,62
Faturação Água e similares	34.547,00	32.377,46	2.169,54
Transportes de doentes	18.832,00	22.352,00	-3.520,00
Renda de produção de Energia	95.770,38	94.120,24	1.650,14
IMI	444.611,16	444.611,16	0,00
IUC	3.634,72	4.498,00	-863,28
IMT	1.744,88	0,00	1.744,88
Fundo Florestal Permanente	0,00	16.820,72	-16.820,72
Apoio/ prémio pelas atividades em prol da inclusão digital	0,00	10.000,00	-10.000,00
Total	964.358,21	1.007.408,57	-43.050,36

- Acréscimos de custos – esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores, conforme podemos observar no quadro seguinte.

Acréscimo de custos

Descrição	2015	2014	Var
Despesas de cobrança de IMI	11.150,08	11.150,08	0,00
Receita das Eólicas a pagar a terceiros	26.691,76	0,00	26.691,76
Quotas	4.227,72	0,00	4.227,72
Transporte de doentes	26.576,00	22.352,00	4.224,00
Água, saneamento e tratamentos de resíduos	17.744,64	11.820,38	5.924,26
Combustíveis	30.207,27	0,00	30.207,27
Serviços de transporte regulares e escolares	9.712,31	0,00	9.712,31
Serviços de animação fim de ano	38.646,58	0,00	38.646,58
Eletricidade	14.467,35	20.627,96	-6.160,61
Comunicações	7.775,59	9.527,46	-1.751,87
Estimativa para remunerações e encargos - férias e subsídio de férias	294.385,78	291.068,24	3.317,54
Outros	9.337,22	0,00	9.337,22
Total	490.922,30	366.546,12	124.376,18

3.8. Critérios Valorimétricos

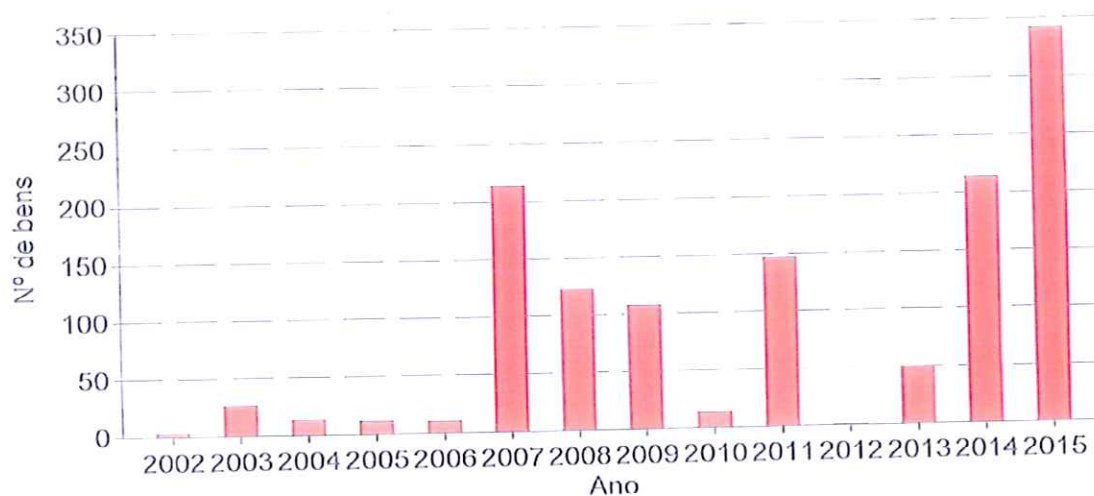
Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.
 - As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas da Portaria número 671/2000, de 17 de Abril.
- No decurso do exercício de 2015, como se pode verificar no quadro seguinte, os abates aos bens corpóreos aumentaram relativamente ao ano anterior. Esta situação, deve-se ao facto de o Município ter efetuado remodelação do seu equipamento.

Município de Pampilhosa da Serra

Abates por ano

Nº de bens abatidos por anos



- Relativamente ao seguinte quadro – Amortizações e Provisões e tendo subjacente que a aplicação informática do património, calcula as amortizações, tendo por base a data da aquisição, por ano civil, pode-se observar as amortizações por tipo de conta e que não foi constituída qualquer provisão para créditos de cobrança duvidosa, por se considerar que todos os créditos são recuperáveis.

Amortizações e Provisões

Ano 2015

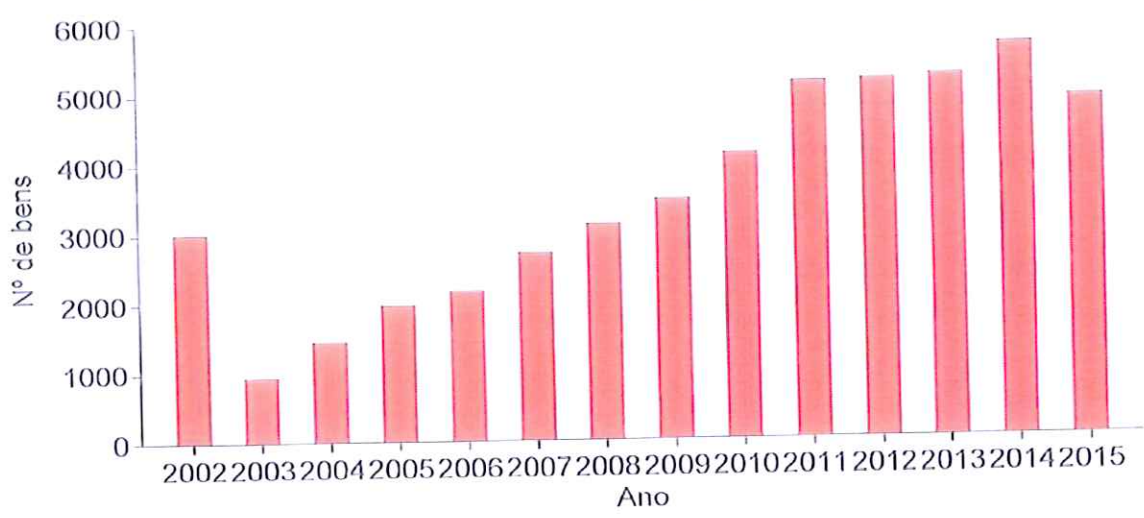
Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	14.728.276,73	2.049.159,97	0,00	16.777.436,70
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	60,30	30,15	0,00	90,45
Outros bens de domínio público	4859	9.206,68	12315,58	0,00	21.522,26
		14.737.543,71	2.061.505,70	0,00	16.799.049,41
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	63.730,42	63.699,12	0,00	127.429,54
		63.730,42	63.699,12	0,00	127.429,54
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	19.583,75	16,75	0,00	19.600,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	47.897,24	20.783,33	0,00	68.680,57
Outras construções	48222	1.082.209,73	231.132,65	0,00	1.313.342,38
Equipamento básico	4823	2.469.335,01	249.410,90	33.599,98	2.685.145,93
Equipamento de transporte	4824	3.072.903,81	115.420,22	0,00	3.188.324,03
Ferramentas e utensílios	4825	1.428,48	357,12	0,00	1.785,60
Equipamento administrativo	4826	346.941,19	19.356,25	13.144,65	353.152,79
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	1.509,98	155,00	0,00	1.664,98
		7.041.809,19	636.632,22	46.744,63	7.631.696,78
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

- o No gráfico seguinte evidencia-se uma ligeira diminuição do número amortizações relativamente aos anos anteriores, tendo em conta que a diminuição não foi muito acentuada, é evidente a preocupação por parte do Município em remodelar o seu equipamento.



Município de Pampilhosa da Serra
Amortizações por ano
Nº de amortizações por ano



Relativamente às Demonstrações Financeiras evidenciadas anteriormente, o Quadro seguinte dá-nos uma perceção mais particularizada sobre as variações do Ativo Bruto:

Ano: 2015

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+ Transf.	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	43.962.818,01	-67.336,63	0,00	0,00	1.061.488,74	44.956.970,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	4500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Outros bens de domínio público	92.066,83	0,00	0,00	0,00	154.244,83	246.311,66
Imobilizações em curso	3.780.316,40	0,00	1.283.326,54	0,00	-1.217.258,77	3.846.384,17
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	47.839.701,24	-67.336,63	1.283.326,54	0,00	-1.525,20	49.054.165,95
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	75.575,32	0,00	162.151,4	0,00	0,00	237.726,80
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	75.575,32	0,00	162.151,4	0,00	0,00	237.726,80
De Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	748.292,89	0,00	112.472,60	0,00	0,00	860.765,49
Edifícios e outras construções	8.145.843,34	-14.371,98	0,00	0,00	338.251,09	8.469.722,45
Equipamento básico	3.504.115,38	0,00	211.075,36	0,00	-44.467,92	3.670.722,82
Equipamento de transporte	3.652.245,24	0,00	72.033,79	0,00	0,00	3.724.279,03
Ferramentas e utensílios	2.812,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.812,27
Equipamento administrativo	417.805,72	0,00	11.916,24	0,00	-15.176,37	414.545,59
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	7.252,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7.252,76
Imobilizações em curso	1.743.127,79	0,00	849.758,04	0,00	-336.725,89	2.256.159,94
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	18.221.495,39	-14.371,98	1.257.256,03	0,00	-58.119,09	19.406.260,35
De Investimentos Financeiros						
Partes de capital	141.137,42	0,00	0,00	0,00	0,00	141.137,42
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	442.152,43	0,00	0,00	442.152,43
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	241.137,42	0,00	442.152,43	0,00	0,00	683.289,85

4. RÁCIOS

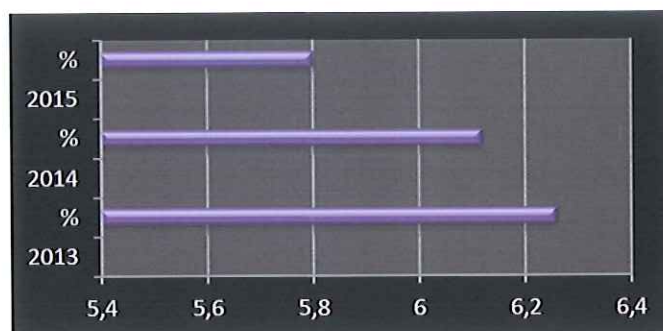
A atividade de um Município tem aspetos particulares e distintos de uma qualquer Empresa. Enquanto as Empresas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo em obter lucro, a atividade dos Municípios está centralizada em satisfazer as necessidades dos Municípes e desta forma aumentar o bem-estar público.

Nestes termos, com as necessárias adaptações, ajustamos alguns indicadores Financeiros ao Município.

INDICADORES PARA CONCLUSÃO DA ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

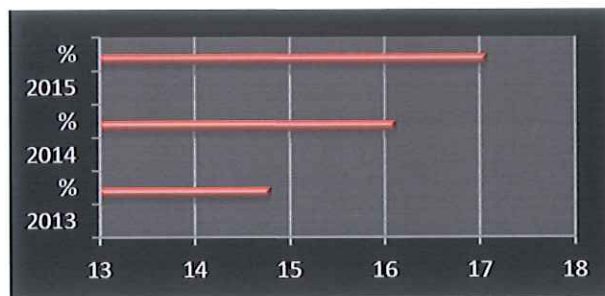
➤ Rácios de Estrutura das Receitas e Estrutura das Despesas

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Impostos, Taxas</u>	<u>510.104,45</u>	<u>6,26%</u>	<u>555.253,45</u>	<u>6,12%</u>	<u>519.605,49</u>	<u>5,80%</u>
Receitas Correntes	8.142.901,47		9.067.840,22		8.954.479,44	



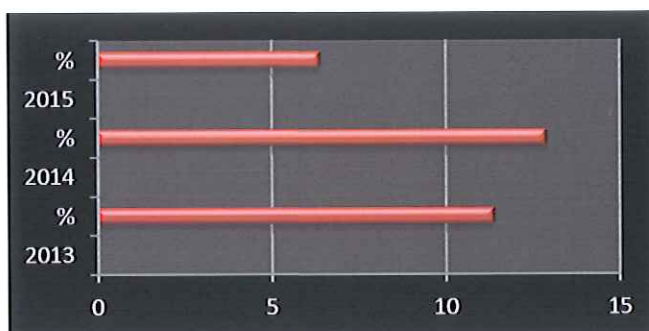
- Os impostos representam cerca de 6,10% (Média) das Receitas correntes nos últimos 3 anos.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Transf Correntes Desp</u> Receitas Correntes	<u>1.204.646,88</u> 8.142.901,47	<u>14,80%</u>	<u>1.461.955,66</u> 9.067.840,22	<u>16,12%</u>	<u>1.528.611,44</u> 8.954.479,44	<u>17,07%</u>



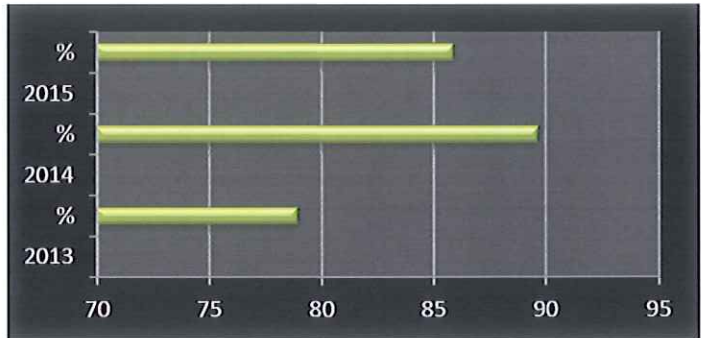
- Este quadro mostra o peso das Transferências Correntes da Despesa nas Receitas Correntes, ao longo dos últimos 3 anos.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Transf. Capital</u> Receitas de Capital	<u>246.293,19</u> 2.161.510,74	<u>11,40%</u>	<u>246.293,19</u> 2.161.510,74	<u>12,90%</u>	<u>94.139,32</u> 1.469.998,37	<u>6,40%</u>



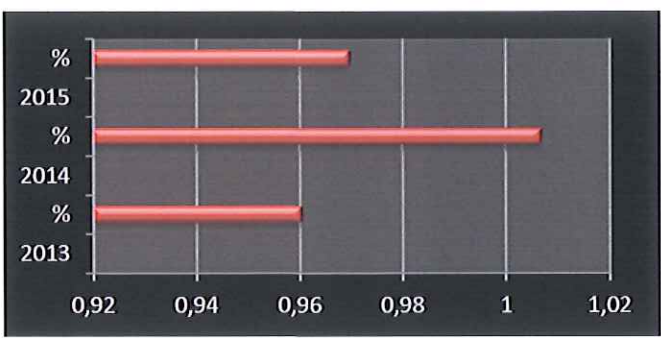
- Este quadro mostra o peso das Transferências de Capital (despesa) - nas Receitas de Capital.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Receitas Correntes</u>	8.142.901,47		9.067.840,22		8.954.479,44	
Receitas Totais	10.313.498,54	78,96%	10.110.916,79	89,68%	10.424.489,43	85,90%



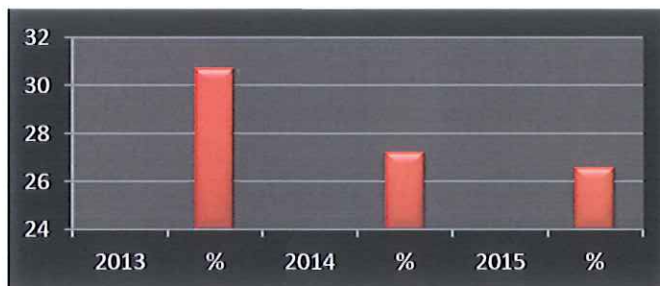
- Neste quadro constata-se o peso que as Receitas Correntes têm nas Receitas Totais da Autarquia.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Receita Total</u>	10.313.498,54		10.110.916,79		10.424.489,43	
Despesa Total	10.740.628,52	96,03	10.041.766,93	100,69	10.750.621,04	96,97



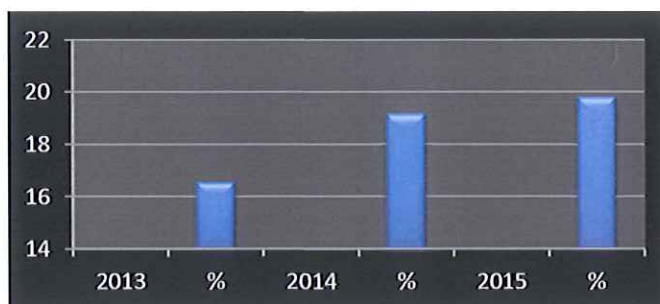
- Este Rácio indica-nos a cobertura das despesas pelas receitas.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Pessoal</u>	<u>2.500.297,36</u>	<u>30,71</u>	<u>2.467.325,25</u>	<u>27,21</u>	<u>2.380.642,57</u>	<u>26,59</u>
Receitas Correntes	8.142.901,47		9.067.840,22		8.954.479,44	



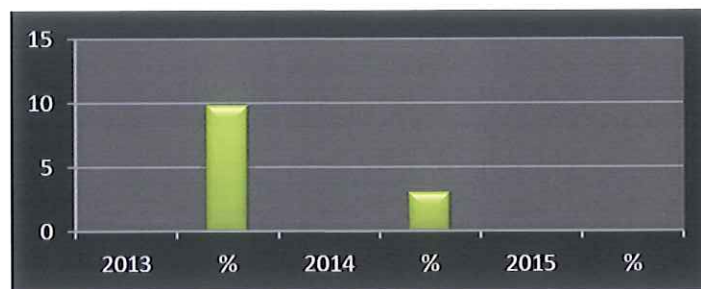
- Os custos com o Pessoal têm um peso indicativo sobre as Receitas Correntes.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Transf. Correntes</u>	<u>1.204.646,88</u>	<u>16,54</u>	<u>1.461.955,66</u>	<u>19,15</u>	<u>1.528.611,44</u>	<u>19,80</u>
Despesas Correntes	7.282.992,42		7.635.744,76		7.720.959,63	



- De forma geral o peso das Transferências Correntes em relação às despesas correntes, têm-se mantido na casa dos 16% a 20%, caracterizando-se pela regularidade.

Rácios	2013	%	2014	%	2015	%
<u>Empréstimos</u>	<u>285.228,18</u>	<u>9,79</u>	<u>61.804,45</u>	<u>3,01</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>Investimento</u>	<u>2.915.431,49</u>		<u>2.050.133,65</u>		<u>2.748.053,23</u>	



- Peso dos empréstimos no Investimento de Capital.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme verificado nas Demonstrações Financeiras, o RESULTADO LÍQUIDO APURADO EM 2015 foi de **(427.871,98)€**.

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o RESULTADO LÍQUIDO do exercício anterior deve ser transferido para a conta 59 "RESULTADOS TRANSITADOS". No caso do saldo desta conta ser positivo, o seu valor poderá ser repartido da seguinte forma: reforço do património, obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 "PATRIMÓNIO" corresponda a 20% do ativo Líquido, e constituição ou reforço de Reservas. Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal, explicita que a conta 571 "RESERVAS LEGAIS" deverá ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Sendo o Resultado Líquido negativo no montante de **427.871,98€**, não haverá lugar à distribuição de resultados, nos termos supra mencionados, pelo que o mesmo será integralmente transferido para a conta 59-Resultados Transitados.

É necessário referir, que o resultado líquido do exercício ter valores negativos em nada prejudica a **análise económico-financeira favorável** que foi feita da entidade, uma vez que os resultados líquidos do exercício resultam do balanceamento entre os custos e proveitos do exercício e refira-se que uma boa parte dos custos registados no exercício de 2015 e no ano anterior deve-se à relevação contabilística dos montantes de obras em curso que não estavam a ser amortizadas, e por outro lado, tem-se procedido ao cálculo das amortizações do exercício de acordo com as taxas máximas prevista na Portaria n.º 671/2000 (II série), de 17 de abril, valores estes que concorrem negativamente para formação do Resultado Líquido do Exercício.

